



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

BEATRIZ SANTOS OLIVEIRA

**REVISITANDO A LITERATURA SOBRE EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS**

**SANTARÉM - PA
2022**

BEATRIZ SANTOS OLIVEIRA

**REVISITANDO A LITERATURA SOBRE EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso, modalidade artigo, do curso de Licenciatura em Pedagogia, como requisito parcial para obtenção de título de licenciatura pela Universidade Federal do Oeste do Pará. Orientadora: M^a de Fatima de Sousa Lima

**SANTARÉM - PA
2022**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) da UFOPA
Catalogação de Publicação na
Fonte. UFOPA - Biblioteca Unidade Rondon

Oliveira, Beatriz Santos.

Revisitando a literatura sobre educação de jovens e adultos /
Beatriz Santos Oliveira. - Santarém, 2022.
24f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) - Universidade
Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação,
Curso de Pedagogia.

Orientador: Maria de Fátima de Sousa Lima.

1. Educação de Jovens e adultos. 2. Contexto Histórico. 3.
Direito à Educação. I. Lima, Maria de Fátima de Sousa. II.
Título.

UFOPA/Sistema Integrado de Bibliotecas

CDD 23 ed. 374

Elaborado por Bárbara Costa - CRB-15/806

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar através da literatura os caminhos percorrido da educação de jovens e adultos (EJA), através do contexto histórico no cenário nacional e local desde a colonização portuguesa sob a responsabilidade educativa dos jesuítas que iniciaram suas ações no âmbito educacional, além de mostrar a importância das conferências internacionais de educação de adultos para a continuação e implementação de novos programas de acesso à educação e formação para o mercado de trabalho. Prioriza-se uma discussão voltada para a EJA como modalidade de ensino, mas deixa claro para o leitor sobre os limites da pesquisa, uma vez que a temática em questão compreende um campo político vasto e complexo. Optou por uma pesquisa de natureza bibliográfica baseando-se nos aportes teóricos que nos levaram a inferir no cenário da educação de jovens e adultos. Utiliza-se os teóricos, STRELHOW, (2010), SOARES, (1996), FRIEDRICH, (2010), VIEIRA, (2004) entre outros, a maioria dos estudos apontam para a história da EJA a partir da colonização portuguesa, passando pelo império real, regime militar até a redemocratização que dá luz às novas diretrizes curriculares educacionais. Portanto a consolidação da trajetória da EJA no cenário nacional representa um avanço exponencial que não pode ser esquecido, porém ainda é necessário seguir conquistando mais espaço e reconhecimento como uma modalidade de ensino fundamental na formação de jovens e adultos que não cumpriram a escola no período regular. O trabalho está dividido em duas partes. A primeira, faz-se revisão da literatura sobre o contexto da EJA no Brasil, mostrando os principais programas implementados no cenário nacional e destacar o que são e a importância das CONFINTEAs. A Segunda, busca destacar a EJA no âmbito local, e como iniciou a implantação da EJA em Santarém-Pa.

Palavras Chaves: Educação de Jovens e adultos; Contexto Histórico; Direito à Educação;

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. PARTE I - REVISITANDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	7
2.1 EJA NO BRASIL	7
2.2 AS CONFINTEAs	13
2.3 A IMPORTÂNCIA DAS CONFINTEAs PARA A TRAJETÓRIA DA EJA. .	14
3. PARTE II - EJA EM SANTARÉM - PARÁ	15
3.1 NAES/CEEJA	15
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
5. REFERÊNCIAS.....	23

INTRODUÇÃO

O direito à educação é constitucional e por assim ser, deve ser cumprido de maneira íntegra para com a sociedade através de ações que possam oportunizar os alunos a concluírem seus estudos. Ressalte-se que a constituição Brasileira de 1988 expõe a garantia de educação a todos os cidadãos, mas não revela meios que assegurem a permanência dos mesmos na escola.

A falta de ações que fomentem a permanência dos alunos na escola, acabam por contribuir para o abandono da sala de aula. Muitos problemas podem estar ligados a grande evasão escolar, e um dos principais motivos são a falta de ações sociais e por isso alguns optam por trabalhar desde de cedo. Nesse sentido, compartilhamos a afirmação de FERREIRA (2013), “o fracasso escolar e a consequente evasão exibem o próprio fiasco das relações sociais que se expressam na realidade desumana que vivenciamos no cotidiano, exposta na cruel desigualdade educacional”.

As dificuldades de introduzir programas de fomentação da educação de jovens e adultos (EJA¹) no cenário nacional e local são notórias, e por isso os debates e discussões referentes a essa temática estão sempre presentes desde a época da colonização portuguesa. O interesse em desenvolver esta pesquisa surgiu a partir de uma disciplina durante o curso de pedagogia, a mesma me instigou a pesquisar documentos oficiais e trabalhos científicos referente a temática para, assim, entender o contexto histórico da EJA no cenário nacional e local. No entanto, é notório a falta de estudos referente a esse tema no município de Santarém-Pa. Contudo, a presente pesquisa possibilita aos educadores e acadêmicos uma compreensão contextualizada de como se deu a implantação da EJA como modalidade de ensino.

Apresenta-se uma discussão reflexiva acerca do contexto da EJA no Brasil e em Santarém-Pa, apontando as lacunas existentes sobre as propostas dos programas implantados e as desigualdades da prática educacional. Diante desse contexto o trabalho tem como objetivo geral evidenciar a importância dos programas de formação para a educação de jovens e adultos e como específicos destacar as iniciativas de projetos e ações ligada ao ensino da EJA, mostrar as dificuldades de acesso aos programas de

¹ Educação de Jovens e Adultos

formação dentro do contexto da EJA e apresentar as lacunas relativas a falta de políticas públicas de incentivo a permanência de alunos na escola.

Esse estudo foi norteado pelas seguintes questões: Qual o contexto histórico do ensino da EJA? No Brasil, como iniciou-se a implantação da EJA? O que são as conferências internacionais de educação de adultos? Em Santarém-Pa, como iniciou a implantação da EJA?

Utilizamos neste trabalho o tipo de pesquisa de natureza bibliográfica, buscando analisar estudos científicos e documentos oficiais do ministério da educação. De acordo com Gil (1991), a pesquisa bibliográfica é de natureza exploratória e proporciona bases teóricas ao pesquisador para auxiliar no debate reflexivo e crítico sobre o tema em estudo.

Para aguçar os debates e discussões pertinentes à educação de jovens e adultos, utilizamos autores como: (STRELHOW, 2010; SOARES, 1996, FRIEDRICH, 2010; VIEIRA, 2004; RIBEIRO, 2011; BLANCO 2009; GOUVEIA, 2011), entre outros, além das diretrizes e decretos publicados pelo governo federal e documentos das Conferências Internacionais de Educação de Jovens e Adultos.

A educação de jovens e adultos ainda é pauta de diversas discussões em razão de existir uma grande lacuna entre as promessas de governos com programas que poderiam contribuir para frear a defasagem escolar e a desigualdade educacional social existente. O contexto histórico da educação de jovens e adultos evidencia diversas problemáticas existentes desde o período colonial até os dias atuais.

Nesse sentido, o estudo divide-se em duas partes:

- ➔ A parte I é um levantamento histórico da educação de jovens e adultos, passando pela importância das conferências internacionais de educação de adultos, haja visto sua importância para o reconhecimento da educação como direito de todos e assim contribuir para minimizar os impactos do analfabetismo na sociedade.
- ➔ A parte II está direcionada ao contexto histórico da educação de jovens e adultos no cenário local, evidenciando a importância de alguns projetos na trajetória da EJA no município de Santarém.

PARTE I- REVISITANDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O contexto histórico da educação de jovens e adultos (EJA) passa por diversos momentos importantes da história social, marcada por ações e programas que tiveram como objetivo alfabetizar a população. Diante disso, apresenta-se o contexto dessa modalidade de ensino no cenário nacional e posteriormente no âmbito local.

1 EJA NO BRASIL

De acordo com STRELHOW, (2010) pode se dizer que a inserção da EJA no cenário brasileiro está associada à colonização Portuguesa e estava sob a responsabilidade dos jesuítas. Tal feito ocorreu em função da necessidade de alfabetizar e catequizar os habitantes locais para propagar a sua fé. Embora as ações sociais e educacionais dos jesuítas fossem positivas no que tange oportunizar a sociedade com o conhecimento alfabetizado, tal intervenção não era reconhecida nos moldes atuais de escolarização.

Entretanto, a partir do século XVIII com a chegada da família real ao Brasil, e a evacuação dos jesuítas, a educação de jovens e adultos teve um retrocesso em virtude de a educação passar a ser de responsabilidade do império real, (STRELHOW, (2010). Nesse período imperial ocorreram mudanças exponenciais, uma delas foi a abertura de escolas noturnas, no entanto relatos apontam que os cursos oferecidos eram desprovidos de qualidade.

Segundo, SOARES, (1996) o modelo de educação imposta pela constituição do império real de 1924 embora gratuito era restrito a algumas famílias, normalmente aquelas tidas como pessoas da elite social que futuramente ocupariam cargos no governo. Todavia, o acesso à educação básica no período imperial não atendia a todos e só beneficiava uma pequena parcela da população.

Após esse período de regresso da educação de jovens e adultos, a partir de 1930 a EJA ganha força educacional no cenário brasileiro. Segundo FRIEDRICH, (2010) em 1934 o governo instaura o plano nacional de educação que determina como dever estatal o ensino integral e gratuito como direito constitucional da população.

A partir do plano nacional de educação e das fortes críticas destinadas ao analfabetismo, alavancaram a luta da população por uma educação que atendesse as necessidades dos jovens e adultos não alfabetizados, como resultados começaram a introduzir programas e ações educacionais para jovens e adultos. Sendo assim, através

da campanha de educação para adultos lançada pela sociedade em 1947 constitui-se como marco inicial o (SNEA) serviço nacional de educação de adultos, cuja proposta de ensino era o supletivo. Com isso, surgiram muitos outros serviços e programas com intuito de reduzir significativamente o analfabetismo de crianças, jovens e adultos.

De acordo com STRELHOW, (2010) no ano de 1967 na era militar, o governo propôs o movimento brasileiro de alfabetização como proposta de alfabetizar e promover uma educação contínua. No entanto, foi somente a partir de 1971 que foi oficializado o ensino supletivo com a deliberação da Lei - nº. 5.692/71. Já na década de 80, foi implantado mais um programa nacional de alfabetização de jovens e adultos, desta vez ligado diretamente ao ministério da educação, o chamado (Fundo Educar). Segundo VIEIRA, (2004) este programa por sua vez tinha como objetivo oferecer suporte técnico e financeiro às ações de combate ao analfabetismo.

Com tudo, no período de 1996 pode se afirmar um fortalecimento e reconhecimento da educação de jovens e adultos como uma modalidade de escolaridade graças a aprovação da LDB 9.394/96 e das Diretrizes Curriculares Nacionais deliberadas pelo parecer nº 11/2000, que reforça os direitos de jovens e adultos que trabalham a terem acesso gratuito e permanência garantida na EJA.

Devido à preocupação com a capacitação dos jovens e adultos que não frequentavam o ensino básico, foi imposto no período de 2003 a 2007 programas como o (PROJOVEM e PROEJA) e assim garantir o acesso à educação funcional, bem como a capacitação para mercado de trabalho.

O PROJOVEM foi criado sob a Lei 11.129/2005 (BRASIL, 2005). Com este programa objetivou-se promover aos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos a conclusão do ensino fundamental bem como estimular a capacitação profissional, usando como estratégia a produção local. No entanto, de acordo com RIBEIRO (2011) o programa não contempla a ampla qualificação necessária para inserir os jovens no mercado de trabalho, pois:

[...] não possui instrumentos avaliativos que confirmem sua eficácia, sua carga horária é baixa e não há suficiente formação e articulação do trabalho docente para garantir o êxito de seus objetivos. Isto nos leva a crer que o tipo de formação escolar que o PROJOVEM proporciona não atende ao objetivo apresentado no discurso oficial do governo e que a qualificação oferecida pelo PROJOVEM é insuficiente para inserir o jovem no mercado de trabalho. (RIBEIRO 2011, p.18).

Nessa perspectiva, compartilhamos o pensamento de BLANCO (2009), que aponta a desconfiança dos próprios alunos quanto a volta para a sala de aula e a possível inserção no mercado de trabalho por meio desse programa. Isso acontece devido às experiências de desemprego vivenciadas pelos próprios jovens ou pessoas próximas, que acabam por desestimular o regresso à escola por falta de oportunidades melhores de trabalho.

O programa poderá alimentar uma oportunidade de mudança no cenário trabalhista, mas:

[...]Suas incertezas, quando balizadas em redes sociais cotidianas que possuem poucas trajetórias e oportunidades de trabalho firmadas através da elevação de escolaridade, não encontram uma ancoragem segura, significativa em termos de experiências em comum, que possibilitem projeções de alcançar efetivamente uma maior mobilidade e integração a partir da conclusão do programa (BLANCO, 2009, p.146).

No que se refere ao PROEJA, foi criado sob o decreto nº 5.840/2006 (BRASIL, 2006). A finalidade do mesmo passa pela promoção da EJA através de uma integralização entre uma educação profissional e o ensino médio.

Alguns fatores são pontos de questionamento sobre a implementação do programa no âmbito nacional, apontando que:

O PROEJA, enquanto política pública educacional situada neste cenário sócio histórico torna-se objeto importante de análise ao ser identificado como parte do projeto de garantia da hegemonia pelo Estado neoliberal brasileiro. [...] identificamos o seu real sentido, qual seja, conformar, moral e politicamente, os membros da classe trabalhadora aos interesses hegemônicos do capital. Principalmente conformar os jovens que, sem oportunidades e alternativas nesta ordem social, representam uma grande ameaça à sua estabilidade. (GOUVEIA, 2011, p. 174).

O PROEJA, segundo Otranto (2011), expandiu exponencialmente a promoção da educação profissional no cenário Brasileiro, no entanto não tem cumprido com seu papel de integrar o currículo escolar à emancipação da classe trabalhadora.

Desse modo, é apontado que:

Os obstáculos a serem transpostos vão desde a adequada capacitação dos docentes para lidar com a EJA, até a implantação de um currículo interdisciplinar, conforme preconizado no documento base. O resultado com o qual nos deparamos, no momento, é de grande evasão nesses cursos, quase sempre oferecidos por professores despreparados e desmotivados para colocar em prática uma proposta de EJA que realmente atenda às necessidades educacionais dos estudantes e da sociedade brasileira[...]. (OTRANTO 2011, p.4).

Com tudo, a criação desses programas o PROJOVEM e o PROEJA, expõe a distância real entre as promessas de governo e o desenvolvimento na prática dos programas de inclusão. Com base nos autores acima, ressalta-se que existe um abismo exponencial entre a promessa de integrar a formação geral de jovens e adultos em um processo estimulador, mas na verdade o que observa-se é a precariedade que há na oferta desses programas formativos.

Neste sentido, em uma tentativa de melhor organizar a educação nacional, o governo brasileiro na representação do ministério da educação (MEC) aprova o fundo de desenvolvimento da educação básica (FUNDEB) que passa a gerenciar todos os recursos educacionais destinados ao ensino básico nacional, BRASIL, (2007). No entanto, embora exista uma tentativa de fomentar a educação de jovens e adultos como forma de reduzir o analfabetismo nacional, atualmente essa parcela da população enfrenta dificuldades de acesso à educação de qualidade em virtude de ações descontinuadas e políticas públicas educativas insuficientes para conseguir sustentar a demanda de cumprimento do direito constitucional. (MIRANDA; SOUZA; PEREIRA, 2016).

As aprovações mais recentes como as diretrizes nacionais mudaram, e ampliaram o alcance dos direitos constitucionais da sociedade referentes à educação de jovens e adultos. No início conhecido por diversos programas tidos como ensino supletivo, hoje utiliza-se o termo educação de jovens e adultos (EJA) destinado exclusivamente aos jovens e adultos com o período de ensino básico atrasado e que desejam concluir o ciclo básico da educação.

Baseado na ótica dos estudos de Pacheco, *et al* (2013), ressalta-se a importância de acentuar a pertinente luta dos movimentos sociais e sindicais ao lado dos poderes municipais e estaduais na busca por implementar programas educacionais que atendam especificamente às necessidades desses jovens. A luta por melhores condições de acesso

à educação básica, passa pelos movimentos de ruas que defendem arduamente os direitos estabelecidos pelo próprio sistema.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a:

Educação de Jovens e Adultos viveu um processo de amadurecimento que veio transformando a compreensão que dela tínhamos poucos anos atrás. A Educação de Jovens e Adultos é melhor percebida quando a situamos hoje como Educação Popular (GADOTTI & ROMÃO, 2005, p.15).

Dentro do contexto atual, considerando o acesso ao ensino básico pela sociedade, fator relevante na luta por seus próprios direitos constitucionais, destacamos o estudo de Soares (1996), que abarca a educação para adultos como educação de natureza popular, onde é necessário que os educadores tenham consciência que não deve-se educar pensando somente nos moldes da didática, mas também na realidade dos alunos.

Todavia, o grande desafio era oportunizar aos jovens e adultos o acesso à educação como forma de reduzir o analfabetismo no Brasil. Nesse sentido, o governo Lula em seu primeiro mandato torna a educação de jovens e adultos (EJA) prioridade de governo ao criar através do ministério da educação a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (SEEA). De acordo com SOARES, (1996) a meta da nova secretaria foi lançar um novo programa chamado “Brasil alfabetizado”, este por sua vez estaria alinhado com os governos estaduais e municipais na busca por ações pré-alfabetização.

Ainda durante a década de 2000, inclui-se a EJA no plano nacional de educação, essa inclusão potencializa a determinação da constituição que estabelece como uns dos principais objetivos do plano a inserção de condutas resolutas por parte do governo e da sociedade no combate ao analfabetismo no Brasil. O plano nacional de educação estabelece também que, a EJA deve ter formação correspondente a oito séries do ensino fundamental, dando importância a produção de materiais didáticos e metodologias apropriadas e formação docente capacitada.

Diante do contexto da educação de jovens e adultos no cenário nacional, compreendemos a importância de todos os programas e lutas sociais e sindicais que contribuíram para a formalização da EJA como modalidade regular de ensino básico.

Atualmente, no Brasil esse modelo de ensino é designado aquelas pessoas que não conseguiram o acesso à escola na idade regular, ou seja, o público que frequenta a EJA geralmente são pessoas de baixa renda, meninas que engravidam cedo e/ou rapazes que optam por trabalhar pelo sustento familiar ao invés de frequentar a escola.

No Brasil, observa-se que alguns estudos apontam que o perfil que mais frequenta as salas de aula no ensino de EJA é o de jovens, tais informações também revelam que:

A inserção do jovem nesta modalidade de ensino tem se configurado como um fator desafiador[...]. A juvenilização, intensificada na contemporaneidade, decorre das deficiências do sistema escolar como a evasão e a repetência, que ocasionam a defasagem entre a idade e série; da busca pela certificação escolar oriunda da necessidade de trabalhar, da dificuldade de acesso; da ausência de motivação para o retorno à escola, entre outras. (CARVALHO, 2009, p. 01)

Observa-se que a necessidade de certificação escolar obriga os jovens a retornarem a escola, fazendo com que os mesmo optem pelo ensino da EJA, uma vez que essa modalidade oportuniza o acesso à educação mesmo o(a) cidadão(ã) estando no mercado de trabalho, pois a maioria das instituições ofertam as aulas no período noturno.

As desigualdades enraizadas na sociedade brasileira contribuem para os dados do INEP, (2019), onde apontam que quando se trata de cor e raça o alcance ao ensino básico é mais difícil. Com isso, infere-se que a falta de oportunidades compromete o percurso regular da população na escola e conseqüentemente aumenta o percentual de pessoas que não frequentaram a escola no período certo.

No cenário mais recente, alguns estudos apontam que no Brasil houve uma diminuição de matrículas no ensino de EJA. De acordo com pesquisas feitas pelo INEP (2019), apontam que nos anos de 2015 e 2016 houve uma queda acentuada em matrículas para a educação de jovens e adultos, tal número voltou a ter um leve aumento no ano seguinte, mas nada exponencial. O mesmo estudo revela que a redução de matrículas na EJA pode estar relacionada com a política de benefício de renda para as famílias como fomento à permanência dos alunos do ensino fundamental.

No Brasil as políticas públicas referentes à modalidade de ensino da EJA ainda

são precárias e devem a cada ano serem mais resolutas na tentativa de diminuir a defasagem escolar e ampliar o acesso a educação como única forma de combater o analfabetismo, montando estratégias e metodologias adequadas e promovendo capacitação específica de professores para essa modalidade de ensino. As políticas de benefícios de renda familiar é muito pouco para manter os alunos em sala de aula, é necessário que haja muito mais programas que beneficiem a educação da população.

1.1 AS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS [CONFINTEA].

As CONFINTEAs surgiram a partir da primeira metade do século passado com objetivo de produzir um documento que trouxesse a problemática da Educação de Jovens e adultos (EJA).

Até o momento foram realizadas seis CONFINTEAs.

A I Conferência foi realizada na Dinamarca em 1949 e teve como pontos de discussão: as especificidades da Educação de Adultos;

- Proporcionar uma educação aberta e voltada para as condições de vidas reais da população;
- E que a educação de adultos deveria ser desenvolvida através do espírito de tolerância.

Na II Conferência, que aconteceu em 1960 em Montreal, no Canadá, houve um debate sobre a necessidade de países mais desenvolvidos ajudarem os países em desenvolvimento a melhorarem a sua aprendizagem.

A III CONFINTEA houve a constatação de que é preciso adotar um conceito mais amplo de educação. Com isso, surgiu as categorias de ensino escolar e extraescolar, essas que deveriam garantir a educação integral dos indivíduos de todas as idades. É através dessa educação que haverá o desenvolvimento educacional, econômico e cultural dos países.

Em 1985, na França, ocorreu a **IV CONFINTEA**. O ponto mais importante desse encontro foi o direito de ler o próprio mundo e escrever a sua história, além de ter acesso aos recursos educacionais, desenvolvendo as capacidades individuais e coletivas. Ressaltou ainda, o cumprimento de todos terem direito a uma educação de qualidade.

A **V Conferência** foi realizada em Hamburgo em 1997, foi diferente das demais, pois obteve uma participação significativa de diferentes parceiros, inclusive da sociedade civil. De acordo com os idealizadores da Declaração de Hamburgo, a Educação de Adultos engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, cujas pessoas desenvolvem suas habilidades e seu conhecimento.

É na **V CONFINTEA** que os participantes reafirmam que, apenas o desenvolvimento centrado no ser humano e a existência de uma sociedade participativa baseada no respeito integral aos direitos humanos levarão a um desenvolvimento justo e sustentável. A efetiva participação de homens e mulheres em cada esfera da vida é requisito fundamental para a humanidade sobreviver e enfrentar os desafios futuros.

Em 2009, foi realizado no Brasil, no estado do Pará em Belém, a **VI Conferência**, cujo objetivo era reavaliar os principais pontos da V conferência e ressaltar a necessidade de criação de instrumentos de advocacia para Educação de Adultos e reafirmar os compromissos que não foram plenamente assumidos, desde a última Conferência.

1.3 A IMPORTÂNCIA DAS CONFINTEAs NA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

É notório que a educação de adultos tenha sido idealizada em diferentes formatos e promovida por meio de diversos programas ao longo dos anos. De acordo com Amaral e Oliveira (2021) a educação de adultos teve uma afirmação no plano internacional na década de 1949, quando houve a primeira conferência. Nesse período, houve o que Gadotti (2013) chamou de “a compreensão do gênero de educação moral”. Tal feito, seria o caminho para estimular o fim de conflitos mundiais e promover ações que estendesse a educação para jovens e adultos que por ventura estivessem desassistidos educacionalmente.

A terceira conferência, realizada em Tóquio, foi o marco da conscientização pública. De acordo com Ireland e Spezia (2014), foi a partir desta CONFINTEA que houve a valorização da educação de jovens e adultos, tendo uma maior aceitação em nível nacional. Diante disso, a educação de adultos começou a ser introduzida de maneira formal no sentido de oferecer a reinserção ou a inserção na escola para pessoas

que precisariam ser alfabetizadas, principalmente as que não alcançaram a meta no período regular.

Após todo o período de regime militar e o início da redemocratização brasileira, aconteceu a quarta CONFINTEA na França. Essa conferência teve influência diretamente no que refere-se ao reconhecimento do direito de aprender como um desafio a ser cumprido por lideranças mundiais. Para Ireland e Spezia (2014), foi assim que a educação de adultos passou a ser reconhecida como fundamental para todos, como fator de direito à formação educacional para autoafirmação social.

A pauta da conferência de Paris torna-se fundamental para os debates e progressos na educação de jovens e adultos no cenário nacional. Entre os pontos discutidos, estão a alfabetização de adultos, ponto macro de discussão na sociedade considerando os impactos que o analfabetismo causa no âmbito social. Além disso, foram debatidos temas ligados à capacitação das esferas profissionais que estão envolvidas diretamente na educação de adultos.

De maneira geral e sucinta as conferências destacam que a:

Educação básica para todos significa dar às pessoas, independentemente da idade, a oportunidade de desenvolver seu potencial, coletiva ou individualmente. Não é apenas um direito, mas também um dever e uma responsabilidade para com os outros e com toda a sociedade. É fundamental que o reconhecimento do direito à educação continuada durante a vida seja acompanhado de medidas que garantam as condições necessárias para o exercício desse direito. (CONFINTEA V, item 9).

Todavia, infere-se que as CONFINTEAs propõem discussões a nível nacional e internacional no sentido de minimizar os impactos do analfabetismo na sociedade, assim como no Brasil a LDB nº 9.394 aponta a necessidade urgente de cumprir com responsabilidade a educação como direito fundamental dos cidadãos, e para isso promover meios que facilitem o acesso à educação para o público de jovens e adultos.

Parte II - EJA EM SANTARÉM – PA

É difícil relatar o processo histórico da EJA em Santarém, em decorrência da falta de:

→ Registro por parte dos órgãos de educação;

- Das pessoas que trabalharam que a maioria já faleceram,
- De trabalho acadêmico, etc.

Porém, de acordo com o depoimento de um coordenador do Supletivo nos informou que na década de 80 do século passado, era assim organizado o Supletivo na 5ª Unidade Regional de Educação em Santarém.

- Um setor na 5ª Unidade Regional de Educação em Santarém responsável pelo Supletivo². Esse setor tinha um Coordenador Pedagógico, responsável pelo acompanhamento dos cursos de avaliação no processo – 1ª a 4ª etapa existente nas escolas da rede Estadual de Ensino e também responsável pelos os exames supletivo de 1º e 2º Grau e Profissionalizante.

Também existia na década de 80 do século passado o Projeto Minerva. O mesmo foi criado em 1970 para atender os objetivos do governo militar brasileiro que, desde 1964, propunha mudança radical no processo educativo com a utilização do rádio e da televisão. Nesse contexto, a proposta do governo era solucionar os problemas educacionais existentes com a implantação de uma cadeia de rádio e televisão educativas para a educação de massa por meios de métodos e instrumentos não convencionais de ensino.

O Projeto Minerva foi, então, concebido pelas seguintes instituições: Ministério da Educação, Fundação Padre Anchieta e Fundação Padre Landell de Moura, com base na Lei 5.692, com ênfase na educação de adultos. O Projeto Minerva foi transmitido, em rede nacional, por várias emissoras de rádio e de televisão, visando a preparação de alunos para os exames supletivos de Capacitação Ginásial e Madureza Ginásial, produzidos pela Fundação Padre Landell de Moura e pela Fundação Padre Anchieta. Ele foi implementado como uma solução a curto prazo aos problemas do desenvolvimento do país, que tinha como cenário um período de crescimento econômico onde o pressuposto da educação era o de preparação de mão de obra. O projeto Minerva era coordenado pela Profª Lucia Helena sob a responsabilidade do Município, funcionando em comunidades rurais, Escola Helena Lisboa e Escola Gonçalves Dias.

² Denominação usada pela a Lei 5.692/71.

Em 1986, na gestão das Prof.^a Heloiana e Nildiran – no Departamento de Ensino Supletivo em Belém – SEDUC e da Prof.^a Ivete Soares na 5ª URE, foi implantado dois projetos de instrução personalizada – Supletivo em Santarém:

1º. Projeto Logos II – funcionando nas dependências do Centro de Treinamento de Recursos Humanos – CTRH, hoje atual sede da 5ª URE

O Projeto Logos II iniciou com a Formação em nível de Magistério para professores de 1ª e 4ª séries do Ensino Fundamental, preparando, assim, aquele que atuava em sala de aula sem ter formação, pois poucos tinham nível superior, já que naquela época havia muitos professores leigos por falta de habilitação. Muitos não tinham nem mesmo os quatro anos de escolaridade básica e estavam longe de alcançar uma habilitação em nível de ensino médio.

Arruda (2011, p.118), em sua dissertação de Mestrado, afirma que:

O Projeto Logos II foi uma típica iniciativa educacional inspirada nas concepções tecnicistas de educação e de mundo na forma de Educação Supletiva. De fato, na década de 1970, a carência de professores com formação técnica específica em nível de 2º grau, ou magistério, era uma realidade que caracterizava as escolas primárias dos municípios interioranos do Brasil, especialmente nos estados menos desenvolvidos, ou mais pobres. Nas escolas “multisseriadas”⁴³ das zonas rurais essa era a realidade, constituindo-se exceção a presença em sala de aula de uma professora, ou professor, habilitado no magistério.

Este Projeto visava atingir a problemática da formação dos professores leigos, através da metodologia do ensino a distância. Segundo Arruda (2011, p.119), a maior parte da carga horária do curso era a distância, de maneira que os cursistas efetuavam as matrículas e o “curso se desenvolvia conforme ritmo do cursista, que estudava em casa os módulos, fazia o exercício da avaliação e, sentindo-se preparado, se dirigia ao Núcleo Pedagógico para a avaliação, ou “pós-avaliação”, conforme era denominada”. Nesta avaliação, o cursista para ser considerado aprovado precisava obter, no mínimo, a nota 8,0(oito). A outra parcela da carga horária do curso se constituía dos encontros/e ou seminários, denominados de Encontros Pedagógicos e Microensino, nos quais todos os estudantes se reuniam para trocar experiências e aperfeiçoar suas atividades pedagógicas, bem como o desenvolvimento de aspectos culturais, humanos e sociais.

Arruda (2011, p.119) destaca como esse curso se estruturava:

O Projeto se dividia em três momentos: 1) uma parte introdutória de orientação aos cursistas, especialmente sobre a metodologia do ensino a distância, e as fases e

procedimentos do curso em si; 2) o curso em si, isto é, o estudo dos módulos e as avaliações, que estava dividido em duas partes: a) uma de educação geral; b) outra voltada para as especificidades do Magistério; 3) a parte prática do curso, que também se dividia, em dois momentos: a) os encontros pedagógicos e b) o microensino. Estruturado na forma de módulos de ensino, a parte de educação geral era constituída de 106 módulos e a parte específica de formação para o magistério estava organizada em 98 módulos.

2- UES – Unidade de Ensino Supletivo, funcionava em uma sala na Escola Frei Ambrósio com cursos de educação supletiva nível de 1º grau, também na forma de módulos, aberto a comunidade, pois o Projeto Logos II era específico para professores.

Em 1988, em decorrência da dificuldade de administrar e acompanhar o Supletivo, a coordenação do Supletivo, saiu da 5ª URE que funcionava à Rua Galdino Veloso, e veio para as Dependências do CTRH, funcionando com o Nome de Núcleo Avançado de Educação Supletiva, ficando responsável pelo acompanhamento, monitoramento de todo o Ensino Supletivo da Rede Estadual de Ensino.

2.1. NAES /CEEJA

No final dos anos 80, a Direção do DESU, conseguiu recursos financeiros para a construção de dois prédios do NAES, um em Santarém e outro em Abaetetuba. Assim a prefeitura doou o terreno para a construção do prédio do NAES situado na Avenida Brasília no município de Santarém.

A responsabilidade do NAES passa pela oferta de cursos personalizados do ensino fundamental na configuração de 3ª e 4ª etapas, além de ofertar exames supletivos.

Durante a década de 80, o CEEJA ficou conhecido como um núcleo de ensino supletivo (NAES). A proposta do núcleo era ofertar cursos [ensino fundamental], através da instrução personalizada e exames para o ensino fundamental, médio e profissionalizante em: auxiliar de enfermagem, agrimensura, telecomunicações, mecânica; corretor de imóvel como forma de qualificar quem já estava no mercado de trabalho.

Os estudos de CUNHA, (2018) revelam que a partir da construção predial composta por duas salas de aulas e uma secretaria, o NAES passa a ser designado

através da portaria nº 848/2014-GS/SEDUC/PA como centro de educação de jovens e adultos. Ainda de acordo com a pesquisa de Cunha, a publicação no diário oficial da união da portaria 002/2014- SAEN/SEDUC estabelece a inserção do Exame Estadual Permanente no Ensino Fundamental e Médio na modalidade de EJA.

Através da portaria 003/2014-SAEN/SEDUC, torna-se legal a expedição de certificação educacional pelos centros de educação de jovens e adultos. A partir da autonomia estabelecida pelas portarias, o CEEJA segue novas diretrizes de ações organizacionais garantindo direitos constitucionais para os alunos.

O CEEJA é visto como uma referência na educação diferenciada no tocante ao ensino da EJA no oeste do Pará. A proposta do centro educacional de jovens e adultos é desenvolver metodologia de ensino personalizado através de módulos. Para CUNHA, (2018) esse modelo de ensino é destinado para formação de jovens e adultos que não frequentaram o ensino básico na idade certa.

Para fomentar a educação de jovens e adultos em 2017 foi lançado o programa nacional “saberes da EJA”, que no oeste do Pará passou a ser de responsabilidade do CEEJA. O programa era destinado à população do campo, das zonas rurais como forma de estimulá-los a cursar o ensino fundamental. No ano seguinte, a certificação para alunos que alcançaram a média de aprovação no exame de competências jovens e adultos passou a ser inteiramente do CEEJA em todo o oeste do Paraense.

Atualmente o CEEJA está além de um centro educacional e sim social. Sua atuação é baseada nas necessidades oriundas do meio social e educacional, por essa razão as matrículas neste centro ocorrem em períodos trimestrais como forma de flexibilização das vagas para a população direcionada de órgãos públicos como FASEPA e CRAS. Os estudos de CUNHA, (2018) apontam aumento gradativo nas matrículas do centro de educação de jovens e adultos em virtude da abertura para esse público oriundo de outras instituições públicas.

Embora o trabalho desenvolvido pelo centro seja exponencialmente importante para a população urbana e do campo, os governos municipal e estadual não oferecem apoio substancial para a continuação da oferta de projetos sociais educativos relativos ao ensino da EJA em Santarém. Atualmente, o centro detém uma quantidade de alunos

matriculados que mesmo com o sistema rotativo ofertado pela instituição, é quase impossível comportar todos no ambiente escolar, portanto há uma necessidade de revisão na infraestrutura urgente, considerando que o espaço do centro não corresponde ao padrão do ministério da educação (MEC).

A procura de alunos de cidades vizinhas tornam a demanda ainda maior, além da infraestrutura, a falta de professores específicos de algumas áreas torna o desafio de manter a oferta de cursos ainda mais preocupantes. A Educação de Jovens e Adultos através Ensino Personalizado no Ensino Fundamental e Médio sofre uma procura significativa devido possuir uma normativa que permite concluir o ensino básico antes do prazo estabelecido. De acordo com os estudos realizados por CUNHA, (2018) a proposta curricular do ensino personalizado para EJA nos níveis fundamental e médio detém uma base nacional comum que atende às especificidades locais em função social e cultural.

Com tudo, é importante frisar que o ensino ofertado pelo CEEJA é denominado semipresencial, ou seja, requer obrigatoriamente a presença do aluno por pelo menos dois dias na semana na sala de aula. Observa-se que o CEEJA não oferece ambiente virtual de aprendizagem, mas orienta aos alunos que puderem a usar ferramentas tecnológicas que auxiliem no estudo.

Além do CEEJA, também tem o Ensino Médio – EJA nas Escolas Estaduais.

Todavia, a oferta da EJA no âmbito das escolas públicas municipais de Santarém é considerada precária no que tange encontrar escolas que ofertam essa modalidade. Percebe-se que poucas instituições promovem o acesso a essa modalidade de ensino em Santarém, por sua vez, os motivos podem estar ligados a poucos programas de fomentação da educação de jovens e adultos visto no município, além de fatores sociais.

As poucas escolas que ofertam, enfrentam problemas de infraestrutura precária e falta de políticas públicas que deveriam ser implementadas na modalidade de ensino, como a capacitação de professores específicos para o ensino da EJA. No que se refere ao aspecto social, os fatores são redundantes e enraizados na história educacional do nosso país. O fato de a população de baixa renda optar por buscar o sustento de suas famílias através do trabalho precoce e deixarem a educação dos filhos em segundo

plano, expõe a necessidade de estabelecer programas resolutos que garantam a permanência desses alunos na sala de aula.

A procura por turmas de EJA nas escolas públicas municipais são poucas e podem estar ligadas à precariedade do sistema de ensino. Nesse sentido, a maioria da população que necessita de certificação que comprove a conclusão do ensino básico procura os centros de educação de jovens adultos como único objetivo de obter o documento escolar em virtude da possibilidade de concluir as etapas em um curto período de tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou observar que ainda é necessário avançarmos com as ações referentes à educação de jovens e adultos. Percebe-se que as políticas públicas educacionais não promovem a prioridade real que a EJA necessita para decolar no cenário nacional como uma alternativa fundamental para cidadãos que precisam concluir o ensino básico. Ao olharmos para a trajetória da educação de jovens e adultos no Brasil, nota-se que ainda há muitas lacunas pertinentes a essa modalidade de ensino, visto que as políticas educacionais que poderiam atender os anseios da sociedade não funcionaram na prática, uma vez que os investimentos são precários e não favorecem ações contínuas dos programas que poderiam assegurar a permanência de alunos na escola.

Todavia, é notório que a EJA foi fundamental para a formação dos jovens e adultos que participaram das ações e programas existentes desde a colonização portuguesa. A partir disso, a educação de jovens e adultos passou por diversos processos até ganhar força com a implementação estabelecida pelas diretrizes curriculares nacionais.

Os programas iniciais como proposta de um ensino supletivo oportunizaram o acesso à educação dos jovens e adultos que buscavam uma nova chance no âmbito escolar. Visando fomentar o ensino da EJA de modo geral e considerando a grande defasagem causada pela falta de políticas públicas que assegurem a permanência dos alunos na escola para evitar o abandono escolar no ciclo regular, surgiram as conferências internacionais com objetivos de frear o grande avanço do analfabetismo e

orientar as lideranças nacionais a implementarem ações educativas e também fomentar a formação para o mercado de trabalho.

Infere-se que as CONFINTEAs tiveram exponencial importância para que pudessem ser introduzidos novos programas que beneficiem a educação de jovens e adultos. Programas implementados como PROJOVEM e PROEJA tinham proposta objetiva de oportunizar as pessoas que não concluíram o ensino básico no período regular a voltar à escola com a possibilidade de concluir o ensino fundamental e médio por meio das etapas da EJA, além de terem acesso a outras formações de capacitação para a entrada no mercado de trabalho.

Assim sendo, destacamos a constituição federal de 1988 que ampara os cidadãos ao acesso à educação como direito constitucional. Este direito assegura que todos possam ter acesso a educação, porém não mostra meios que garantem a permanência dos alunos na escola, a falta dessas políticas de permanência que ainda são precárias e não alimentam a formação dos estudantes, visto que muitos tendem a abandonar os caminhos da escola para trabalhar e ajudar no sustento familiar.

Além das dificuldades de implementar mais programas referentes à educação e capacitação de jovens e adultos, a política educativa imposta pelos governos não destaca a formação diferenciada para os profissionais que trabalham com a EJA. Atualmente observamos que ainda há uma mistura de metodologias, não havendo formação especializada para o público da educação de jovens e adultos.

No que tange a educação de jovens e adultos no cenário local, compreende-se a importância do projeto minerva na formação de muitos jovens e adultos, entretanto a continuidade ou a implantação de outros projetos ainda é algo que não acentuou prioridade por parte dos governos. A falta de ações de curto e longo prazo culminam na defasagem escolar, pois os alunos não têm programas de incentivo à permanência dos mesmos na escola.

Portanto, observa-se que apesar de todas as tentativas com as implementações de programas que na prática não funcionou com a eficácia necessária para minimizar os impactos do analfabetismo no Brasil e considerando que ainda há um grande quantitativo de pessoas que não concluíram a etapa do ensino básico da educação, nota-se no cenário nacional e local um grande desafio para adequar condições de acesso

e permanência do alunos na escola, e assim diminuir as desigualdades sociais no tange a educação básica para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, M. A. F. do; OLIVEIRA, A. L. de. **O Papel das Confintees no desenvolvimento da educação de adultos**. Revista DI@LOGUS, Cruz Alta, v. 10, n. 1, p. 83-92, jan./abr. 2021.

BLANCO, D. M. **A luz do dia nem todos os gatos parecem pardos: percepções de jovens sobre os limites e possibilidades do PROJOVEM**. 2009. vi, 169f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25483/000736161.pdf?sequence=1> Acesso em: 26 de janeiro 2022.

CARVALHO. Roseli Vaz. **A Juvenilização da EJA: quais práticas pedagógicas?** Caxambu-MG, 2009. Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/posteres/GT18-5569--Int.pdf> Acesso: 27 de janeiro de 2022.

CUNHA, Joelma Cruz. **A opinião dos alunos do ensino fundamental e médio sobre a educação de jovens e adultos (eja) do centro de educação de jovens e adultos (ceeja) de santarém-Pará/brasil**. Universidade Fernando Pessoa - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Porto, 2018.

STRELHOW, T. B. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil**. revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010.

FERREIRA, F. A. Fracasso e evasão escolar. 2013. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/orientacao-escolar/fracasso-evasao-escolar.htm> acesso: 28 de janeiro de 2022.

FRIEDRICH et.al. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas**. Ensaio: avaliação das políticas públicas educacionais. Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010

GOUVEIA, Fernanda Paixão de Souza. **Caminhos e descaminhos da implantação da Educação de Jovens e Adultos no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro**. 2011. vi, 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2005.

GADOTTI, Moacir. Educação e Adultos como Direito Humano. Revista Eja em Debate, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 12-29, 2013.

IRELAND, T. D. **Desafios e perspectivas para a América Latina.** Apresentação. <http://www.mec.es/educa/rieja/>

MIRANDA, L. C. de Paula; SOUZA, L. T; Pereira, i. R. D. **A trajetória histórica da EJA no Brasil e suas perspectivas na atualidade.** SIC-seminário de iniciação científica. Montes Claros. 2016. Disponível em <https://www.ifnmg.edu.br/arquivos/2016/proppi/sic/resumos/e4e0c388-a724-45cb-8189-46e3a70afa64.pdf>. Acesso: 27 de janeiro de 2022.

OTRANTO, Célia Regina. **A política de educação profissional do Governo Lula:** novos caminhos da educação superior. In: Reunião Anual da ANPED, 34., 2011, Natal, Anais... Natal: Anped, 2011. 17p. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/GT11-315%20int.pdf>. Acesso em 26 de janeiro de 2022.

RIBEIRO, Ricardo de Souza. **Trabalho, Educação e Qualificação Profissional:** a pedagogia política dos programas do Governo Federal para a Inclusão Social de Jovens. In: Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, Educação e Emancipação Humana, 5., 2011, Florianópolis. Anais, Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em: http://www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_03/e03c_t002.pdf Acesso em: 27 de janeiro. 2022.

SOARES, Leônicio José Gomes. **O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil:** articular, socializar e intervir. In: RAAAB, alfabetização e Cidadania – Políticas Públicas e EJA. Revista de EJA, n.17, maio de 2004.

SPEZIA, Carlos; IRELAND, Timothy. Educação de adultos em retrospectiva: 60 anos de confíntea. Brasília: Unesco, 2014.

SOARES, Leônicio José Gomes. **A educação de jovens e adultos:** momentos históricos e desafios atuais. Revista Presença Pedagógica, v. 2, nº 11, Dimensão, set/out 1996.

VIEIRA, M.C. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos** – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.